



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO- UFOP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- ICSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL- DESSO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANA PAULA SOUZA DUTRA

**A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O CAPACITISMO:** Alunos da  
APAE de Mariana-MG

MARIANA – MG  
2023

ANA PAULA SOUZA DUTRA

**A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O CAPACITISMO:** Alunos da  
APAE de Mariana-MG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharel em Serviço Social pela  
Universidade Federal de Ouro Preto.  
Orientador: Professor Dr. Roberto Coelho do  
Carmo.

MARIANA  
2023

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

D978i Dutra, Ana Paula Souza.  
A inserção da Pessoa com Deficiência e o capacitismo [manuscrito]:  
alunos da APAE de Mariana/MG. / Ana Paula Souza Dutra. - 2023.  
59 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. 2. Pessoas com  
deficiência. 3. Pessoas com deficiência - Emprego. 4. Pessoas com  
deficiência - Reabilitação. I. Carmo, Roberto Coelho do. II. Universidade  
Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 376(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Ana Paula Souza Dutra**

### **A inserção da Pessoa com Deficiência e o capacitismo: alunos da APAE de Mariana/MG**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 23 de agosto de 2023

#### Membros da banca

Dr. Roberto Coelho do Carmo - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto  
Esp. Sônia Regina Bandeira Passos - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
Dra. Sheila Dias Almeida - Universidade Federal de Ouro Preto

Roberto Coelho do Carmo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/09/2023



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Coelho do Carmo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/09/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0590732** e o código CRC **951C527C**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter permitido que chegasse até aqui me dando força e sabedoria, por conseguir superar cada dia difícil dessa jornada.

Agradeço a minha família, a minha mãe Rosemeire por sempre apoiar os meus sonhos, pelas palavras de incentivo e motivação, por estarem comigo em todos os momentos e pelo amor e exemplo que me foram dados.

Meus amigos que me deram apoio e brindaram todas as minhas conquistas até aqui. Meus amigos da universidade que sempre deram apoio, auxílio e incentivo em todos os momentos que precisei.

Meu orientador Dr. Roberto por me orientar durante esse processo e me ajudar a não desistir, pela paciência e por me fazer acreditar em momentos que eu duvidei da minha capacidade de construir este trabalho.

Agradeço também a assistente social Sônia, que foi minha supervisora de estágio e me possibilitou conhecer a APAE a partir do olhar do assistente social, que contribuiu para meu crescimento acadêmico e profissional, entender a importância da prática e a teoria alinhadas, e entender a importância desse espaço ser palco de lutas pelos direitos.

Agradeço em especial a APAE de Mariana e os alunos, pois este TCC é fruto de suas vivências, sem eles não seria possível a realização deste trabalho.

“Uma sociedade que exclui uma parte de seus membros é uma sociedade empobrecida. As ações que melhoram as condições para as pessoas com deficiência resultarão em se projetar um mundo visível para todos. O que for feito em nome da questão da deficiência terá significado para todos no mundo de amanhã.”

Declaração de Madri, 2003

## RESUMO

O presente trabalho, visa explorar e entender que a deficiência é entendida de modos distintos em cada sociedade, deste modo como ela é vista na sociedade capitalista, e como as pessoas com deficiência são tratadas e reconhecidas, sendo assim, a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho sem dúvidas é carregado de complexidades das mais diversas, as barreiras visíveis e invisíveis, nos quais estão permeados em um viés capacitista, que se refere a atitudes, estruturas e crenças que menosprezam e inferioriza a capacidades das pessoas com deficiência, limitando a suas oportunidades de diversos âmbitos, em específico aqui o profissional, enraizando com estereótipos negativos que refletem na taxas de empregos baixas e condições de trabalho iguais. Desse modo iremos dialogar a partir da perspectiva do estagiário no campo de estágio, a APAE e como ela insere e/ou contribui para inserção de seus mercado no campo de trabalho.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência; inserção no mercado de trabalho; APAE; capacitismo.

## **ABSTRACT**

This paper aims to explore and understand that disability is understood in different ways in each society, thus how it is seen in capitalist society, and how people with disabilities are treated and recognized, so the inclusion of people with disabilities in the job market is undoubtedly fraught with the most diverse complexities. The visible and invisible barriers are permeated by a capacitist bias, which refers to attitudes, structures and beliefs that belittle and inferiorize the abilities of people with disabilities, limiting their opportunities in various spheres, specifically the professional sphere, taking root with negative stereotypes that reflect in low employment rates and equal working conditions. In this way, we will discuss from the perspective of the intern in the internship field, APAE and how it inserts and/or contributes to the insertion of its students in the labor market.

**Keywords:** People with disabilities; labor market; APAE; ableism.

## **LISTA DE SIGLAS**

AIPD- Ano Internacional das Pessoas Deficientes  
APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
AVD- Atividades de Vida Diária  
AVP- Atividades de Vida Prática  
CESB- Campanha Nacional de Educação do Surdo Brasileiro  
CFEM Compensação Financeira pela Exploração Mineral  
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social  
CRAS- Centro de Referência da Assistência Social  
EJA- Educação de Jovens e Adultos  
FENAPAES- Federação Nacional das APAES  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada  
ONGs- Organizações não Governamentais  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PcD- Pessoa com Deficiência  
PIP- PD- Programa de Inclusão Produtiva da Pessoa com Deficiência  
PPP- Projeto Político Pedagógico  
Pronas - Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência  
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO CAPITALISTA..</b>	<b>11</b>
1.1 O TRABALHO FUNDANTE DO SER SOCIAL.....	15
1.2 TRABALHO E OS DESAFIOS DESTE TEMPO HISTÓRICO PARA AS PCD...	18
1.3 CAPITALISMO E CAPACITISMO.....	23
<b>CAPÍTULO 2. A APAE NO PROCESSO DA LUTA PELOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>27</b>
2.2. A APAE DE MARIANA E SUAS PARTICULARIDADES.....	37
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, tem como objetivo de estudo, a inserção dos usuários da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE de Mariana/Minas Gerais a partir da perspectiva do estagiário de Serviço Social em campo, visto que a empregabilidade da pessoa com deficiência no contexto atual está imbricada de inúmeras complexidades multifacetadas que vão para além das barreiras físicas e visíveis no cotidiano profissional dessa minoria, que ao tentar acessar o mercado de trabalho se imergem barreiras arraigadas em um viés capacitista, que perpetua estigmas e crença sobre as capacidades da pessoa com deficiência, que são construídas historicamente na sociedade é que influenciam diretamente com a empregabilidade desses indivíduos.

O interesse pela temática surgiu durante o processo de estágio curricular supervisionado e obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, na APAE/Mariana durante o período de 2022-2023, a aproximação com a realidade desses usuários levantaram indagações, visto necessário problematizar sobre a realidade desses sujeitos que se encontram excluídos de diversos âmbitos, em específico a questão da inserção no mercado de trabalho, pois a realidade atual ainda muito negativa, sendo que somente cerca de 29,2% de pessoas com deficiência - PcD inseridos atualmente no mercado de trabalho de acordo com levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE de 2022 (AGÊNCIA IBGE, 2023), que não representa nem a metade da população com deficiência no Brasil, que hoje são 18.6 milhões, além disso, vivências pessoais de familiares durante o processo de pesquisa, que se encontra iniciando a carreira profissional enquanto pessoa com deficiência em um espaço capacitista, impulsionaram ainda mais a pesquisa.

Ante do exposto aqui, considere por objetivos específicos: compreender que a inserção da pessoa com deficiência no âmbito profissional, que está condicionado a sociedade algo ele vive, sendo assim, é necessário problematizar às raízes desse falta de empregabilidade e a precarização das potências da pessoa com deficiência enquanto sujeito, sendo assim, expressa também entender como o capacitismo está diretamente ligado a isso; assim contextualizar como ocorre à inserção dos alunos/usuários da APAE de Mariana à partir da leitura do estagiário. Considera-se

de suma importância adentrar nessa temática, pois ela possibilita problematizar sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, visto que ele se constitui um direito fundamental segundo as diretrizes dos direitos humanos, expressa no Art. Artigo XXIII “Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.”(DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Ademais, a empregabilidade da PcD contribui diretamente para sua emancipação enquanto sujeito, visto que a principal bandeira dessa minoria é ser reconhecido enquanto sujeito em direitos e deveres que serão expressados no aumento da diversidades e das potencialidades das inúmeras habilidades, ademais, agrega a fatores econômicos e sociais individuais. Ao abordar sobre isso também, explicita e combate aos diversos estigmas e preconceitos permeados sobre às pessoas com diversidades, enraizados sobre suas capacidades enquanto trabalhadores, que continuamente os enquadram e inferiorizam a partir de uma configuração capacitista.

Concomitante à isso, discutir acerca da empregabilidade da PcD, está diretamente ligado ao Serviço Social e o(a) assistente social, pois entende que o trabalho com este público está na defesa intrínseca na garantia de direitos e a emancipação de um sociedade mais justa e igualitária, sendo assim, é necessário à promoção para a melhoria da qualidade de vida é integração e inclusão em diferentes âmbitos, à qual se encontra sinalizado no Projeto Ético Político do Serviço Social, além disso, o(a) profissional compreende a realidade em sua totalidade a partir de isso travar caminhos contrários à impostos pela sociedade capitalista em defesa da classe trabalhadora, pois, o Serviço Social busca dar respostas à inúmeras facetas da questão social presentes na sociedade capitalista (NETTO, 1996).

Para construção de estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica, para analisar e sintetizar sobre a inserção da pessoa com deficiência de trabalho, esta abordagem proporciona uma compreensão mais aprofundada dos conceitos, referenciais teóricos, como artigos, pesquisas, sites, dissertações e outros estudos relacionados que fundamenta e cria uma base mais sólida para discussão aqui exposta além de trazer trechos do meu diário de campo, que permitirá entender ainda mais sobre o contexto desse grupo, pois segundo Gil:

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. (GIL, 2002, p. 3).

Diante do exposto até aqui, o trabalho foi dividido em dois capítulos, no primeiro apresenta um panorama de como a deficiência é vista nas mais diversas sociedades, que condicionar à entrar no tema sobre o trabalho na sociedade capitalista e como é categórico para homem, enquanto sujeito que possui necessidades das mais simples à mais complexas, como para pessoa com deficiência em se reconhecer como sujeito à partir das potencialidades expressar no ambiente de trabalho, e isso leva à um dos pontos chave do estudo que é o capacitismo que é consequência da sociedade capitalista, sendo assim, é necessário entender às suas particularidades. O segundo capítulo iria adentrar sobre como o movimentos sociais e associativismo, em específico aqui a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, contribuíram com às mobilização durante a década de 1970 à 1980 durante à Assembléia Nacional Constituinte, que garantia na implementação é na estruturação das legislações para às PcDs. Com isso, seguiremos para analisar a APAE enquanto um espaço de construção da identidade e efetivação dos direitos, assim, atender às particularidades da inserção dos alunos da APAE no mercado de trabalho, que condicionará à conclusão final.

## **CAPÍTULO 1: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO CAPITALISTA**

As Pessoas Com Deficiência (PcD) sempre estiveram no mundo. As diferentes formas de organização social acolhem ou não essas PcD, o que se explica sob várias determinações. A forma de organização econômica, divisão do trabalho, avanço das forças produtivas, cultura etc. O capítulo que segue, buscará lançar algumas bases de problematização da inserção da PcD na sociedade capitalista, em particular na realidade brasileira. Em um momento subsequente, o objetivo foi a mobilização dessas bases históricas, teóricas e culturais para analisar o perfil da inserção das PcD no mercado de trabalho na cidade de Mariana/MG pela contribuição do Serviço Social na APAE/Mariana.

Entende-se que a partir dos diferentes tipos de sociedade as PcD eram vistas de distintos modos, dadas as circunstâncias históricas, culturais e sociais e em cada uma delas as condições de tratamento variavam, ou seja, “o produto da articulação entre condição biológica e contingências históricas, sociais e espaciais, o qual poderá resultar numa maior ou menor possibilidade de discriminação ou inserção social das pessoas com deficiência” (CARVALHO-FREITAS, 2007, p. 24), a história das pessoas com deficiência se alteram de acordo com as percepções de cada sociedade, e como a temática deste estudo é central fazer um panorama elencando algumas referências de forma mais generalizada a respeito dela.

Por exemplo, na Antiguidade e entre os povos primitivos o tratamento dado às pessoas com deficiência variava entre o abandono total e a exaltação das PcD 's. Isso, dentre outras coisas, em virtude do pouco conhecimento que se tinha das causas pelas quais alguns indivíduos nasciam com deficiência ou adquiriam alguma deficiência ao longo da vida. Outro fator associado a isso são as inúmeras superstições de que essas deficiências ocorriam por força de uma maldição ou castigo pelo pecado dos genitores, ou mesmo como uma benção. A percepção da deficiência nas diferentes culturas, também alteraria a inserção da PcD na comunidade em cada sociedade distinta.

Os grupos primitivos, em sua maioria nômades que sobreviviam da caça e pesca, abandonaram as pessoas com deficiência por considerar que permanecer

com elas condenava a sobrevivência do grupo pelas dificuldades de acompanhá-los, Fonseca explicita essas formas de socialização:

Os povos primitivos tratavam-nas das mais diversas formas: muitos, simplesmente, eliminavam-nas, como empecilhos que representavam para a caça e para a marcha natural entre os nômades; outros, ao contrário, protegiam-nas, sustentando-as, no afã de conquistar a simpatia dos deuses, ou como medida de recompensa por mutilações sofridas durante a caça ou durante a guerra. [...] pelo exemplo dos Sirionos (tribo seminômade que habita a selva amazônica boliviana, próximo à fronteira com o Brasil) que costumam abandonar as pessoas com deficiência, idosas, ou com doenças que impeçam ou dificultem a movimentação da tribo. Os balineses (nativos da Indonésia), por sua vez, são impedidos de manter contato amoroso com pessoas que fujam do padrão estético ou comportamental em vigor. (FONSECA, 2005, p.72).

Os povos gregos se influenciaram acerca da estética e do que era belo, sobre a educação e também de práticas com PcD. Entre os espartanos, as crianças consideradas fracas e com alguma deficiência eram atiradas do Taigeto, um abismo com cerca de 2.400 metros de profundidade, em culto religioso, com o ritual consideravam que as próximas gerações não carregavam mais essa "doença". Já em Atenas, era realizada uma festa durante o nascimento das crianças, denominada "*amphidromus*", um ritual que comprova a capacidade da criança, caso o recém-nascido não fosse sobreviver era incumbido ao pai que o assassinasse. Posteriormente, as pessoas com deficiência e alguma doença seriam asseguradas por um sistema com as mesmas configurações de uma "previdência social", descrito nos trechos dos manuscritos do filósofo Aristóteles (384-322 a.C):

[...] o Conselho passa agora a examinar o problema dos deficientes. Existe, de fato, uma lei que estabelece que todo ateniense cujos bens não ultrapassem três minas e cujo corpo esteja mutilado ao ponto de não lhe permitir qualquer trabalho, seja examinado pelo Conselho e que seja concedido a cada um deles, às expensas do Estado, dois óbulos por dia para sua alimentação. E existe um tesoureiro dos deficientes, designado para tal. (*apud* SILVA, 1987, p.118).

Com a expansão do cristianismo na Europa, surge uma visão mais humanitária para os considerados desfavorecidos, regidos pelos princípios de amor ao próximo com um viés caridoso, hospitais responsáveis por cuidarem dessas parte da população, os marginalizados como os doentes, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência como esclarece Gugel:

As pessoas com deficiência e doentes eram protegidas por um sistema comparável à previdência social, pois todos contribuem para manter os heróis de guerra e sua família.[...] "os atenienses, por influência da concepção aristotélica da igualdade geométrica, no sentido de atender a cada um segundo o sem merecimento, desenvolveram um sistema semelhante a uma previdência social, contribuindo para o cuidado dos heróis de guerra e de suas famílias. Mantinham-nos porém afastados do convívio social, para que sua "saga" não influenciasse a moral das tropas". (GUGEL, 2006 p.24)

Na Idade Média, a partir do século V a Igreja Católica passa a ter um maior domínio sobre a sociedade, de modo que houve mudanças radicais de como não só as pessoas com deficiência eram vistas, mais os indivíduos considerados marginalizados, com discurso de serem "hereges" ou de que alguém que possuía algum "defeito" era castigo divino ou endemoniada, dando várias origens as estigmas:

[...] a crença generalizada nas maldições e nos feitiços, na existência das doenças e das deformidades físicas ou mentais como indícios da ira de Deus, ou como resultado da atuação de maus espíritos e do próprio demônio, sob o comando direto das bruxas, era às vezes levada a extremos. Acreditava-se, por exemplo, que a epilepsia era conseqüência de uma possessão instantânea por um espírito maligno e o remédio era o exorcismo por ritual ou pela tortura. (SILVA, 1987, p.215)

E no final desse período, passam a ver as PcDs como manifestação divina a fim de que o homem se torne benevolente, assim, começam a surgir as primeiras instituições de abrigo, com intuito de separá-los do restante da sociedade, em asilos e hospitais. Somente no período renascentista, que se tem avanços da Ciência que começa a superar crenças demoníacas. neste período, surgem alguns avanços que pela primeira vez que pensassem nesse indivíduos de maneira mais inclusiva, como a criação da primeira cadeira de rodas no século XVI, já durante os séculos XVII e XIX o atendimento para as pessoas com deficiência se desenvolveram, havia assistência especializada para lesionados vindos das guerras.

O médico Philippe Pinel (1745 - 1826) um dos pioneiros sobre saúde mental, afirmou que as pessoas com perturbações mentais deveriam ser examinadas como doentes, mas esses sujeitos nessa época eram tratados com brutalidade e discriminações, que eram vistos de forma expressiva nesse período, como a criação do primeiro hospital psiquiátrico da Europa, que não passavam de prisões com objetivo de experimentos e tortura. Nos anos seguintes, com os avanços na

medicina, retiram as PcDs das “prisões”, mas os mantêm internados nos hospitais, encarando-os como doentes que necessitam de ser tratados, caracterizado esse modelo médico:

Os estudos da Psicologia ganham cientificidade e proliferam-se os testes padronizados para medir e classificar as pessoas, rotulando-as e categorizando-as em grupos iguais e diferentes ao padrão esperado pela sociedade. Inicia-se o modelo clínico-terapêutico no trato da deficiência. Às pessoas com deficiência é conferido o status de pacientes e a elas é proporcionado o atendimento clínico-terapêutico (MENICUCCI, 2006, p.9)

Com o paradigma da segregação essas pessoas eram isolados em todos âmbitos, nas escolas não os aceitavam, tratando como “anormais”, foi assim que “surgiram às escolas e classes especiais, como espaço exclusivo para aqueles cuja deficiência motivou rejeição da escola regular, sob a justificativa da necessidade de um atendimento especializado médico, clínico especializado, porém não pedagógico” (MENICUCCI, 2006, p. 10). Com alguns avanços nas forças produtivas do trabalho e nas tecnologias na Idade Contemporânea foram desenvolvidos diversos instrumentos que possibilitaram a locomoção de pessoas com deficiência, como as cadeiras de rodas, bengalas, muletas, macas e próteses. É também durante esse século que foi elaborado o Braille, criado pelo discente do *Institute Nationale des Jeunes Aveugles* por Louis Braille, no ano de 1829. Isso possibilitou os deficientes visuais a se integrarem na linguagem escrita:

O sistema Braille, criado pelo professor do *Institute Nationale des Jeunes Aveugles*, Louis Braille, em 1829, integrou os deficientes visuais na linguagem escrita. Louis Braille feriu o olho esquerdo aos três anos e uma infecção após o ferimento alastrou-se ao olho direito, resultando em sua deficiência visual. Braille desenvolveu sua técnica a partir de um método utilizado em campo de batalha, pois era necessário ler mensagens sem usar a luz. O sistema Braille é lido da esquerda para a direita, com uma ou ambas as mãos. Cada célula Braille permite 63 combinações de pontos e é aplicada em termos matemáticos, científicos, químicos e musicais, ampliando a acessibilidade da pessoa com deficiência visual. (LARAIA, 2009, p.28).

Mesmo com estes avanços, nada ainda haveria mudado na forma como esses sujeitos eram vistos e tratados, com o que vimos até aqui podemos ter consolidadas duas questões. A primeira delas é que, haja vista diferentes culturas e economias no período primitivo, mesmo que com a economia da comunidade sendo absolutamente primária, as PcDs poderiam ser consideradas como bênção ou

maldição. Deixadas a morte ou exaltadas. Isso posto, podemos afirmar que incluir ou não as PcDs são escolhas dos indivíduos em sociedade. Isso porque, mesmo que com um nível rudimentar das forças produtivas do trabalho para o atendimento das necessidades desses povos, ainda assim, haviam aqueles que escolhiam acolher os PcD. Além disso, também impacta a estas escolhas, as condições objetivas e subjetivas de cada época. Quer dizer, com a fé cristã, temos a caridade para com a PcD, com os avanços de tecnologia e de materiais, temos próteses, cadeiras de rodas e outros instrumentos que mitigam os impactos da deficiência para a PcD. Com isso, cabe agora o desenvolvimento mais atento das questões particulares da contemporaneidade. Para isso, vamos recuperar algumas questões importantes sobre o trabalho no capitalismo.

### 1.1 O TRABALHO FUNDANTE DO SER SOCIAL

A análise do trabalho como categoria fundante do ser social permitirá-nos problematizar a atualidade histórica do desenvolvimento humano. Para o objetivo a que nos propomos, esse veio analítico permite argumentar que todo ser tem seu potencial de desenvolvimento, a ser realizado dadas as condições objetivas para isso. Quer dizer, uma PcD não está fadada à inatividade social por sua deficiência, mas, ao contrário, tem um potencial que será desenvolvido se com o estímulo certo (por exemplo as terapias que favorecem o desenvolvimento de pessoas com neurodesenvolvimento atípico), ou com os instrumentos adequados (próteses e órteses no caso de pessoas com deficiência física) por exemplo. Colocar a PcD como incapaz, por força de sua deficiência é prática capacitista pois ignora justamente essa característica humana fundamental que permite a realização desse potencial, o trabalho. O trabalho é caracterizado na literatura marxiana como a relação entre o homem e a natureza, onde o homem com ações teleologicamente orientadas transforma e controla a natureza, a fim de se apropriar de seus recursos para atender suas necessidades. Conseqüentemente o sujeito é também transformado pelo mesmo processo, fazendo com que isso o diferencie do ser primitivo/animal, pois passa a desenvolver potencialidades antes não executadas, habilidades sociais, sendo assim, Marx classifica o trabalho como atribuição somente do homem, pois:

[...] é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013, p.327).

Em outras palavras, a partir dessa modificação entende-se o trabalho como elemento principal do desenvolvimento das potências humanas, não único, pois está imposto em uma "multiplicidade de complexos heterogêneos", mas que se apresenta como atividade originária, a partir da ruptura com o primitivo, visto que as demais categorias não existem sem o trabalho, dado que ele é o ponto de partida, que liga o ser humano, agora ser social a diversos valores que antes não existem. Lukács determina esse movimento como "salto ontológico", que representa uma passagem de um ser biológico a outro, na qual ele se distancia das barreiras naturais e passa a dominá-la, estabelecendo essa mudança através do trabalho, sendo assim, o trabalho desempenha o papel de criação do ser social, pois, “[n]o trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que [...]constituem a essência do novo no ser social”(LUKÁCS, 2013, p. 44), dessa forma:

O trabalho é antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida para tornar-se [devir] homem do homem, para a formação das suas faculdades, sendo que jamais se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (LUKÁCS, 2012, p. 348).

Sendo assim, podemos compreender que a transformação já não é somente da natureza e sim do homem, pois, à forma como sujeitos produzem e reproduzem passa a determinar as potencialidades desenvolvidas pelos mesmos, cria-se então uma relação de sujeito-objeto, tendo uma atuação na sua realidade de transformações sucessivas às condições objetivas impostas, “o momento predominante não é mais a transformação da natureza, mas a transformação dos homens.” (LUKÁCS, 2013, p.111):

Na interação sujeito/objeto, o homem modifica a si mesmo e o entorno, constrói objetiva e subjetivamente, forma o mundo e sua personalidade. Os processos de individuação não poderiam se dar de outro modo que não pela inserção do homem no mundo. Estão profundamente conectados ao tempo do homem no mundo, ao seu fazer real e concreto. (ARBIA, 2017, p.154-155).

Esse processo modifica está atrelado a consciência, que permite ao homem analisar de forma teleológica estratégias que se enquadram para melhores resultados, ou seja, é através da consciência, que se desenvolvimento das competências, desse modo, o processo de trabalho é fundante do ser social, pois, compreende ele como uma práxis contribui objetivo e subjetivamente. Por exemplo, o sujeito consegue se apropriar da árvore enquanto matéria prima, a transforma em cadeira com seus meios de trabalho que por sua vez é utilizado para um propósito pertencente ao homem, ou seja, “[...] Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito.” (MARX, 2013, p.328). Marx ressalta, essa capacidade exclusiva do homem como algo previamente projetado, distinto do animal, como bem descritos no livro “O Capital”, “Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera.”(MARX, 2013, p.327). Compreende assim que o trabalho representa uma capacidade humana e a medida que o homem desempenha as atividades teleologicamente orientadas, ele entra em um processo de transformação que o leva ao domínio de sua própria consciência. Com isso avalia sua ação a fim de aprimorar suas potencialidades ao longo desse processo e faz com que uma vez que “o homem que trabalha pode inserir as propriedades da natureza, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos.” (LUKÁCS, 2013, p.42). Quer dizer, durante o ato do trabalho, por sua capacidade teleológica, o ser humano determina a natureza a responder às suas necessidades.

Com tudo, entende-se o trabalho como algo que está diretamente ligado ao homem e ao que ele é, já que ele é à atividade humana que desenvolve conhecimentos, habilidades que permitem produzir com propósitos específicos ligados às suas necessidades, que se torna crucial para si, já que o trabalho à condiciona à mudar o meio e conseqüentemente à si mesmo, possibilitando também uma interação com outros indivíduos e desenvolvendo o coletivo. Nessa perspectiva,

pode-se entender o trabalho como algo para além do mero fazer e saciar a sua necessidades humanas, o trabalho passa a desempenhar um papel na construção da identidade dos sujeitos na sociedade capitalista. Ao longo da formação da humanidade, o trabalho se apresenta de forma cada vez mais estruturada, vivenciado e valorizado, influenciado diretamente a percepção que os indivíduos têm de si mesmos e do contexto de onde vivem, ou seja,

[...] o desenvolvimento do trabalho contribui para que o caráter de alternativa da práxis humana, do comportamento do homem para com o próprio ambiente e para consigo mesmo, se baseie sempre mais em decisões alternativas. A superação da animalidade através do salto para a humanização no trabalho e a superação do caráter epifenomênico da determinação meramente biológica da consciência alcançam assim, com o desenvolvimento do trabalho, intensificação inexorável, uma tendência à universalidade dominante. (LUKÁCS, 2013, p.55)

Marx em suas análises sobre a sociedade capitalista, denominada esse processo como alienação do trabalho, para ele a forma como o trabalho é organizado nas relações de produção capitalista induz à alienação dos trabalhadores, o trabalho ganha uma nova configuração que passa a controlar a vida do sujeito e que pode ao mesmo tempo potencializar o desenvolvimento do ser humano ou transformá-lo em um instrumento de geração de riqueza atrelado a um caráter ambíguo<sup>1</sup>, ou seja, esse desprendimento do seu controle durante o processo de trabalho pode o condicionar a um sentimento de alienação, afetando sua identidade profissional. Isso Marx caracteriza como trabalho alienado nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, a medida em que o trabalhador se relaciona com o seu trabalho de forma recíproca, o sujeito produz o trabalho e o trabalho produz o sujeito.

## 1.2 TRABALHO E OS DESAFIOS DESTE TEMPO HISTÓRICO PARA AS PCD

---

<sup>1</sup> "Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida do processo (sic) de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado. Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital" (ANTUNES, 2005, p. 69).

Já foi possível entender que o trabalho está imerso na vida do homem, pois ele a regula e controla para utilizar em seu proveito, ao atuar assim, o homem também se modificou, perdendo suas primitividade, exerce agora desperta potências latentes antes não expressas e que direciona forças sob o seu próprio controle, assim, conseqüentemente o sujeito também se torna uma mercadoria e vendedor de sua força de trabalho. Nesse tópico será necessário trazer outra perspectiva para o trabalho com intuito de entender os porquês do trabalho da pessoa com deficiência, ou melhor, à venda de sua força de trabalho seja considerada insuficiente ou menos relevante na sociedade capitalista, e como a teoria do valor que nos permite compreender isso.

Sendo assim, à análise se concentra na teoria do mais valor-trabalho, à geração de mais-valor é à transformação de dinheiro em capital, que é resultante de um particularidade da força de trabalho vendida para o detentor do dinheiro:

O dinheiro não pode transmutar-se em capital se não for trocado por capacidade de trabalho, enquanto mercadoria vendida pelo próprio trabalhador. Por outro lado, o trabalho só pode aparecer como trabalho assalariado quando as suas próprias condições objetivas com ele se defrontam como potências autônomas, propriedade alheia, valor que existe para si mesmo e tudo chama a si mesmo; em resumo, capital.(MARX, 1985, p.72)

Essa afirmação demarca que a força de trabalho é a mercadoria central para a produção de mais-valor, assim é necessário que a “mercadoria” se venda e torne-se agora trabalhador assalariado, na condição de produto e conseqüentemente produtor, a fim de superar às expectativas do comprador/capitalista. Nesse sentido, pode-se entender que o processo de produção capitalista tem um caráter duplo, que se apresenta como processo de trabalho( que produz valor de uso) e como processo de valorização( na geração de mais-valor), "Trata-se de valorizar o valor. Portanto, não somente de um processo de trabalho, mas de um processo de valorização." (MARX, 2010, p. 81), indissociáveis, já que não ocorrem separadamente ou duas vezes, diante do processo de produção simultaneamente se tem valor de uso e mais-valor, mas o capitalista/detentor dos meios de produção não objetiva simplesmente mercadorias, mais para além, o produto específico é o mais-valor, pois é ela quem gera mais riqueza. Desse modo,

o processo de trabalho se apresenta de modo que sejam satisfeitas as exigências do capital, a fim de ter seu produto final.

Como descrito anteriormente, o trabalho é um processo entre a natureza e o homem, dirigido para criação de valores de uso, que está eternamente ligado ao ser humano e quem responde suas necessidades básicas, Marx assinala que o trabalho de modo geral se apresenta como uma categoria muito simples, que se expressa em toda a sociedade há muito tempo, sempre se apresentando em um processo socialmente determinado em diversas sociedades, exemplos disso são, trabalho escravo, processo de produção de artesãos, feudais. Já na modernidade ele se modifica e aqui o trabalho se torna efetivo na criação de mais-valor, desempenhando agora os dois propósitos. Assim, no processo de produção a força de trabalho é exaurida para que o capitalista ao apropriar-la obtenha o resultado desejado, já o capital tende a incorporar componentes (meios de produção) que contribuam para que esse processo seja ainda mais ágil, apesar de desempenharem papéis diferentes seu objetivo final é determinado pelo capitalista.

Os meios de produção abstraídos durante a produção de mercadorias não geram valor, mas condicionam o resultado final, estão categorizados pelos instrumentos, matéria-prima, equipamento, e até o próprio homem, etc. que permitem ao trabalhador/ produtor desempenhar de forma mais qualificada a sua tarefa, Marx os denomina como “capital constante”, esta parte do capital que está direcionada aos meios de produção, já a parte do capital convertida em força de trabalho e essa sim muda o valor durante o processo de produção ele a denomina em “capital variável”, o trabalho vivo que se transforma em capital ou produz para além do necessário, ou seja, um valor excedente. Com isso, Marx destaca que essas partes se distinguem em elementos objetivos (meios de produção) e elementos subjetivos (força de trabalho) e seu produto final expressa o aumento do capital. Portanto, essa configuração se determina como trabalho produtivo no sistema capitalista, que representa o trabalho socialmente definido, que envolve esta relação de vendedor e comprador do trabalho.

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito. O objeto de que o trabalhador se apodera

imediatamente – desconsiderando-se os meios de subsistência encontrados prontos na natureza, como as frutas, por exemplo, em cuja coleta seus órgãos corporais servem como únicos meios de trabalho – é não o objeto do trabalho, mas o meio de trabalho.(MARX, 2013, p.328)

Essas mediações para atuação do sujeito leva sempre à um produto final, ou seja, ao objeto de trabalho, desejado pelo capitalista, que ao comprar à força de trabalho e investir em meios de produção objetiva um resultado final. Com isso, Marx coloca outro ponto central que capitalista exige do trabalhador afim de ir além dos resultados impostos, se tratando da jornada de trabalho, que é composta pelo tempo de trabalho socialmente necessário para à reprodução da força de trabalho (assalariado) é o tempo excedente, em que aqui o trabalhador produz trabalho pago e também trabalho não pago, e é esse último que gera o mais-valor é que se configura na acumulação capitalista.

Esse aspecto pode ser explicado a partir do seguinte processo: se o trabalhador produz, em meio dia de trabalho, os meios de subsistência necessários para todo o dia, seu valor de troca é igual à metade da jornada de trabalho. Enquanto isso, o valor de uso da capacidade de trabalho do trabalhador é a jornada inteira, ou seja, o tempo em que ele pode trabalhar, não apenas o tempo necessário para se reproduzir e sobreviver. O capitalista, ao comprar a força de trabalho por seu valor de troca (metade da jornada de trabalho), recebe em troca a jornada de trabalho inteira. Ele adquire a força de trabalho porque ela tem esse valor de uso, ou seja, pode ser utilizada durante toda a jornada de trabalho. Essa relação implica que o trabalhador disponibiliza sua força de trabalho ao capitalista por um período maior do que o necessário para sua própria subsistência. Assim, o trabalho assalariado é uma forma social necessária para a produção capitalista, da mesma forma que o capital é uma forma social necessária para as condições objetivas do trabalho, permitindo que o trabalho assalariado ocorra.

Nesta perspectiva, o que diferencia à produção de valor e à de mais-valor é o fato de exceder para além do necessário, assim esse processo de produzir valor se transforma em produção de mais-valor (MARX, 2010, p.220), entende-se que o capitalista é o único que apropria da totalidade do trabalho, visto que, o trabalho como um processo variável, o detentor determina o tempo necessário à produção do trabalhador (seu produto) afim de que ele exceda seus limites. Sendo assim, essa produção em maior quantidade e com a mesma carga horária, faz com se

tenha uma diminuição do valor do produto individual, ou seja, do trabalhador, como produto tem que está “em perfeitas condições” para operar nas exigências do capital.

Além disso, o trabalho pode exercer nesta sociedade outro aspecto, além de ser meio para existir, do ponto de vista material, também pode ser meio para constituição da subjetividade. Há, sob o capitalista a ideia de que é o trabalho uma fonte de realização pessoal, pois é uma dimensão importante não somente do bem-estar social do indivíduo mais da sua identidade, que proporciona uma satisfação profissional, permitindo que o trabalhador exerça sua autonomia profissional, tomando controle das suas atividades e condicionando a experiências que os potencializam enquanto sujeitos.

Outro ponto importante, é acerca da atividade laboral como fundamentador na construção de pertencimento indivíduos, ou seja, influenciando como eles se percebem e são percebidos e se relacionam nos grupos e/ou organizações às quais estão inseridos, esse sentimento está relacionado a diversos fatores, como a identificação profissional com ambiente de trabalho e a comunidade, no caso das pessoas com deficiência esse movimento se encontram permeados de contradições, barreiras, que trataremos posteriormente em um tópico dedicado somente ao assunto. Segundo Ashforth e Kreiner (1999), o trabalho é fonte importante para a identidade do sujeito, pois é através das atividades laborais que os indivíduos constroem suas narrativas sobre si mesmos, se enxergando como membros ou não no ambiente de trabalho. Em síntese, o trabalho se apresenta como categoria fundante no desenvolvimento e na gênese do ser social, acarretando nos desenvolvimento das capacidades humanas e a diversificação de esferas do ser social, assim também encarrega-se na formação da identidade dos seres humanos na sociedade capitalista, as estruturas e características do trabalho, como a exploração, divisão do trabalho, alienação, valorização e satisfação profissional interfere diretamente na percepção de si mesmo e do seu lugar em que é posto nessa sociedade, podemos assim entender, que a exaltação ou não da PcD's está intimamente ligada a como a sociedade os veem.

É nesse momento, que chegamos ao nosso ponto central, o capital requer um trabalhador que excede seu limite no menor tempo possível a fim de que ele gere mais-valor, no entanto, ao se tratar das pessoas com deficiência, a sociedade

capitalista atribui a eles uma posição excludente, atrelado a sua deficiência e não ao sujeito, e atribuindo como limitantes e não capazes de corresponder as exigências impostas pelo capitalista, em suma, podemos compreender esse movimento como capacitismo, que entende a pessoa com deficiência como um indivíduo inferior por causa da sua deficiência e que não devem ocupar postos ou funções.

### 1.3 CAPITALISMO E CAPACITISMO

A deficiência na sociedade capitalista passa a ser entendida como resultado dos arranjos sociais, já que o conceito de deficiência são construídos a partir dos contextos socio-históricos de uma civilização, imersos em barreiras sociais que acarretam em diversas consequências resultantes da relação capital e trabalho, tornando uma experiência desigual para esses indivíduos. Podemos entender que o capacitismo se apresenta como uma das facetas da questão social, pois revela-se de forma insidiosa na perpetuação de desigualdades e exclusão social. Na interseção entre o sistema capitalista e a questão da deficiência, ele promove a hierarquização dos sujeitos com base na sua capacidade produtiva, rejeitando o valor intrínseco de cada um, independentemente de suas habilidades individuais, nesse contexto, faz-se necessário explorar sobre como o capacitismo influencia na inserção da PcD no mercado de trabalho.

O capacitismo se apresenta como a leitura que a sociedade faz da pessoa com deficiência, determinando que suas condições corporais são naturalmente inferiores do que as demais, em outras palavras, ele é uma ideologia que condiciona a PcD como um sujeito inferior, atrelando a sua deficiência a ser capaz ou não. . Nas sociedades vigentes, a maioria das representações são idealizadas a partir de um “padrão”, que comumente exclui outros sujeitos, seja na questão de gênero, raça, religião e sobre os corpos, desse modo, se tem uma negação da diversidade humana. Medeiros e Mudado (2010) destacam que a exclusão social é carregada pelo preconceito ao promover uma idealização de um padrão perfeito do ser humano nos termos biológicos, já que “a deficiência não é uma condição estática, natural e definitiva” (SILVA, 2006, p.121), sendo assim, o capacitismo é a materialização de atitudes permeadas de discriminações e preconceitos que categorizam as pessoas com deficiência conforme o que se vê como ideal de sujeito

normalizando uma crença de que corpos “diferentes” são insuficientes , e isso ocorre nos mais diversos âmbitos e esferas da vida social dessas pessoas, seja diminuindo sua capacidade de fazer determinadas atividades, de serem saudáveis, de não serem capaz de se relacionar com outras pessoas.

Diniz traz na suas análises a partir dos estudos de Paul Hunt, que a sociedade de um modo geral atrela a deficiência de dois modelos diferentes, o primeiro denominado de modelo médico, atribui a deficiência a uma “ [...] consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos” (DINIZ,2007 , p.15) atrelado a um problema individual e na perspectiva de exclusão social, visto que as pessoas com deficiência eram rotuladas, como sujeitos com limitações corporais:

Lesão: ausência parcial ou total de um membro, ou membro, organismos ou mecanismos corporal defeituoso; deficiência: desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera aqueles que possuem lesões físicas e os exclui das principais atividades sociais.(DAVIS,2001,p.535-545)

No entanto, Hunt questiona que a deficiência não deveria ser posta como “tragédia pessoal”, visto que a deficiência entendida a partir do modelo social é “ a experiência da não era resultado de suas lesões, mas do ambiente hostil à diversidade física”. (DINIZ, 2007, p.15), ou seja, a deficiência é redefinida em um termo excludente, que passa a ser entendido como forma de opressão social, a partir do momento, em que esses sujeitos se encontram em excluídos da inclusão nessa sociedade no contexto produtivo, visto que:

A deficiência passou a ser compreendida como uma experiência de opressão compartilhada por pessoas com diferentes tipos de lesões. O desafio seguinte era mostrar evidências de quem se beneficiaria com a segregação dos deficientes da vida social. A resposta foi dada pelo marxismo, principal influência da primeira geração de teóricos do modelo social: "o capitalismo é quem se beneficia, pois os deficientes cumprem uma função econômica como parte do exército de reserva e uma função ideológica mantendo-os na posição de inferioridade". (DINIZ, 2007, p.22).

O capacitismo está presente em situações mais cotidianas na sociedade, que acabam estabelecendo um senso comum que constrói estigmas sobre as PcD que se tornam habituais, exemplos disso estão nas seguintes frases: “ dar uma de João sem braço”; “fulano é surdo, mas consegue fazer tudo sozinho”; “ que mancada”; “

nem parece que é deficiente”; “fulano é especial”. E pensar no capacitismo no ambiente de trabalho não é diferente, ele se manifesta das mais distintas maneiras corroborando ainda mais para exclusão e perpetuando os preconceitos, nesse contexto, a visão capacitista subestimar as potencialidades das pessoas com deficiência, ignorando seus talentos e habilidades individuais, gerando perdas no ambiente de trabalho, pois esses espaços em grande maioria não estão preparados para adequadamente para as pessoas com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) no Art. 3º IV, classifica essas barreiras como:

IV – barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Entende-se que a barreira atitudinal, que é configurada também o capacitismo, está relacionado com empregabilidade ou não da PcDs, visto que ele exclui por não ter mecanismos que favoreçam a entrada e permanência no trabalho. A relação do homem com o trabalho é ponto principal de discussão desde que ele passou a ser considerado central na vida dos trabalhadores como discutido linhas atrás, seja como meio de sobrevivência humana ou como categoria de construção da identidade e subjetividade do sujeito, desde então, tem sido notável o esforço para encontrar respostas relacionadas ao cenário acadêmico, incluindo a maneira como os estudiosos dão significado às suas atividades. As organizações, ao estarem inseridas em uma sociedade diversificada, enfrentam desafios significativos

em relação à inclusão e à diversidade de sua força de trabalho, o que geralmente envolve grupos minoritários (COSTA, 2014).

Ao longo da história, pessoas com deficiência têm sido alvo de preconceito e exclusão social. Entretanto, ao longo dos anos, os movimentos de grupos minoritários, incluindo PcD, resultaram em mais oportunidades de inclusão na sociedade e, conseqüentemente, nos ambientes organizacionais. No contexto brasileiro, a inclusão social regulamentada pela Lei Federal nº 8.213/91 (BRASIL, 1991), conhecida como lei de cotas, representou uma mudança significativa na vida das PcDs. Essa legislação possibilitou sua inserção nas organizações e atuou como um fator que promove a dignidade e autoestima dessas pessoas (LIMA, 2012) (RAGAZZI, 2010), que antes eram frequentemente excluídas do mercado de trabalho (BOHLANDER; SNELL, 2009) e não tinham acesso a direitos trabalhistas (LIMA, 2012).

## **CAPÍTULO 2. A APAE NO PROCESSO DA LUTA PELOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Para darmos continuidade é necessário traçar a trajetória das mobilizações dos movimentos sociais e associações na luta pelos direitos da pessoa com deficiência, essa luta não reflete somente nas mudanças políticas sociais, mas na percepção da pessoa com deficiência enquanto cidadão. Essa análise, possibilitará o fundamento de nosso próximo subtópico, que contribui com aprofundamento do estudo.

Com o resgate histórico da trajetória da deficiência na sociedade brasileira percebe-se que foi a partir do Período Imperial que se teve início das primeiras ações voltadas para atender pessoas com deficiência, o Brasil começava a dar seus primeiros passos após a independência, ainda que o contexto do período imperial (1822-1889), fora marcado por uma sociedade elitista, escravocrata, aristocrática e com limitação da participação política de grande parcela da sociedade civil, que assimilaram as pessoas com deficiência como “diferentes” e “inferiores”.

De maneira muito inferiorizante surge os primeiros indícios de ações voltadas para atender as pessoas com deficiência, como o Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841, determinava que a criação de um Hospício Dom Pedro II, com vínculo a Santa Casa da Misericórdia, onde seria o primeiro hospital destinado para o tratamento de alienados, ou seja, visavam separá-los do restante da sociedade. Posteriormente a isso, o país se torna pioneiro no atendimento de pessoas com deficiência com a fundação dos institutos Imperial dos Meninos Cegos no ano de 1854, e em 1856, o Instituto dos Surdos-Mudos, ambos funcionavam ensinando letras, ciências, religião e a ofícios manuais. No entanto:

Apesar do pioneirismo, ambos os institutos ofertaram um número restrito de vagas durante todo o Período Imperial. O conceito dessas instituições se baseou na experiência europeia, mas diferentemente de seus pares estrangeiros, normalmente considerados entidades de caridade ou assistência, tanto o Imperial Instituto dos Meninos Cegos quanto o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos encontravam-se, na estrutura administrativa do Império, alocados na área de instrução pública. Eram, portanto, classificados como instituições de ensino. A cegueira e a surdez foram, no Brasil do século

XIX, as únicas deficiências reconhecidas pelo Estado como passíveis de uma abordagem que visava superar as dificuldades que ambas as deficiências traziam, sobretudo na educação e no trabalho.(LANNA JÚNIOR, 2010, p.22).

Com o início da República no país, o Hospício Dom Pedro II foi desanexado da Santa Casa e ganhou em 1904 um espaço voltado apenas para crianças com deficiência, denominado, o Pavilhão-Escola Bourneville. No início do século XX, o Estado ainda não tinha promovido medidas significativas para atender a população com deficiências, o que se tinham se apresentavam bem restritas, que atendiam são uma minoria, mais exatamente os cegos e surdos, além de serem bem fragilizadas na questão territorial, chegando em poucos lugares. Diante do déficit de ações mais concretas vindas do Estado, surgem mobilizações por parte da sociedade civil, a partir de criações de organizações voltadas para atenção nas áreas da saúde, educação e assistência, sendo a primeira as Sociedades Pestalozzi de 1932 e posteriormente a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de 1954, na qual será tratada posteriormente de forma mais detalhada. Além disso, centro de reabilitação física na década de 1950 devido ao surto de poliomielite, que teve seu maior registro em 1953 no Rio de Janeiro com cerca de 746 casos confirmados.

Se esperava mais mudanças, no entanto ainda se mantinha bem paliativas, os institutos se mantinham timidamente, apesar das abrangência dos seus serviços em outras regiões e também o atendimento passar a ser para tipos de deficiências que necessitam de atenção tanto na área da saúde quanto na educação. Principalmente, as pessoas com deficiência intelectual nesse período receberam uma atenção maior devido ao movimento apaeano e pestalozziano, visto que até a metade do século XIX esse tipo de deficiência era tratada como loucura e deveria ser internados em hospícios, já durante o século XX, esse contexto se modifica com as primeiras investigações sobre a etiologia da deficiência em questão.

A deficiência intelectual, à época denominada “idiotia”, passou a ser tratada na perspectiva educacional com tratamento diferenciado em relação aos hospícios do século XIX. Ao longo do tempo, a pessoa com deficiência intelectual já foi denominada de oligofrênica, cretina, imbecil, idiota, débil mental, mongolóide, retardada, excepcional e deficiente mental. A expressão “deficiência intelectual” significa que há um déficit no funcionamento do intelecto, mas não da mente. A expressão “deficiência intelectual” foi introduzida oficialmente em 1995, pela ONU, e consagrada, em 2004, no texto da “Declaração de Montreal Sobre Deficiência Intelectual”.(LARAIA, 2009, p.24)

Percebe-se que a mudanças que ocorreram até então vinha correlaciona diretamente a sociedade civil, através das associações de um modo mais forte como já demarcado anteriormente, construíram estratégias para que as pessoas com deficiência acessassem seus “direitos”, movimentos em sua maioria da própria comunidade de deficientes, profissionais ligados na área de reabilitação, entidades, familiares e simpatizantes, exauridos das condições subalternizantes em que se encontrava esses sujeitos. Esses movimentos são compreendidos pela terminologia associativismo que incorporou essas lutas, é algo plural e carregado de várias concepções que se expressam pelos movimentos sociais e a sociedade civil. Scherer-Warren et al. (2005), descreve que houve um significativo aumento de associações civis e com maior diversidade a partir da década de 1990, O associativismo criou no meio da comunidade de pessoas com deficiências um ambiente propício a repensar as ações e até mesmo a falta delas, e também a necessidade de um objetivo político mais definido que pudessem causar impacto.

As décadas de 1970 e 1980 sofreram fortes influências do processo de redemocratização acarretando em lutas que levou ao fim do regime ditatorial no país, que teve força maior com a construção de medidas para mudar o cenário precarizado das PcD, como principal à proclamação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes- AIPD diversos países desenvolveram uma carta de metas a serem cumpridas a fim de promover ações que qualifica os direitos da pessoas com deficiências, que culminou na potencialização de movimentos nos pais:

- a) promover programas para a prevenção de defeitos ou de anomalias que possam atingir todos os membros da sociedade.
- b) assegurar aos deficientes, bem como a sua família, serviços de reabilitação ou de apoio e assistência que possam necessitar, a fim de que possam ter uma vida digna e desempenhem um papel construtivo na sociedade.
- c) proporcionar o máximo de integração e de participação ativa de pessoas deficientes em todos os aspectos de vida econômica, político e social de sua comunidade, merecendo oportunidades de trabalho, facilidades de comunicação e de acesso.
- d) divulgar informações a respeito das pessoas deficientes e do seu potencial, bem como a respeito de deficiências, sua prevenção e seu tratamento, a fim de melhor conscientizar a sociedade quanto à importância desses problemas.
- e) explicitar recomendações, que possam ser desenvolvidas a nível da comunidade nacional e internacional.(ONU, 1981, p.3)

A obra “ *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*” de Lanna Júnior( 2010) sistematiza sobre a histórias das pessoas com deficiência a partir de seus protagonistas, ao trazer convidados dos movimentos sociais da pessoa com deficiência, é de extrema importância trazer aqui referências dessa obra. A visibilidade advindas do AIPD, faz com se impulsione a partir da década de 1980 lutas sociais na agenda política do país (Este contexto promoveu posteriormente elementos para construir e implementar diversas legislações, como a Lei de Cotas, por exemplo, que nos dedicamos de forma mais sucinta no capítulo anterior.), paralelamente a esse evento se tem um expressivo crescimento de associações em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, em sua maioria coordenadas pelos próprios indivíduos com deficiência, além de outros apoiadores, que buscaram e buscam superar a ideia de associações de caridade e transformam a “de” no “para”, retiram o caráter de titularização de indivíduos desses espaços, e atrelando a ambientes potencializadores que permitem a voz:

Sustento que o movimento começou no final de 1979 e começo de 1980, quando novas organizações e novos grupos informais foram criados com o objetivo expresso de mudar a realidade existente, a partir da mobilização e conscientização não apenas das próprias pessoas deficientes, mas, também, da sociedade como um todo.(*apud* LANNA JÚNIOR, 2010, p.34)

Marco que possibilitou um crescimento do protagonismo civil nas mobilizações em favor dos direitos, com isso, esse momento fazem com que essa população rompa com o histórico de tutela é passam a ser agentes ativos nessa busca por visibilidade, como Lanna Júnior coloca,

No final dos anos 1970, o movimento ganhou visibilidade e, a partir daí as pessoas com deficiência tornaram-se ativos agentes políticos na busca por transformação da sociedade. O desejo de serem protagonistas políticos motivou uma mobilização nacional.” (JÚNIOR, 2010, p.34)

Entendendo que as ações não deveriam simplesmente ser feitas para as pessoas com deficiência, mas pelas pessoas com deficiência.

Nesse contexto, de acordo com Gadelha, Crespo e Ribeiro (2011), os anos entre 1979 a 1985 são marcados pela fase heroica do movimentos das pessoas com deficiência, além de outras mobilizações primordias para a conquistas de direitos da sociedade de modo geral, como as lutas sociais de negros, trabalhadores e

mulheres por exemplo, as PcD's para além dos direitos um movimento que buscava o reconhecimento da existencia. As associações e os movimentos foram fundamentais para exaltação da PcD 's, trazendo uma perspectiva diferente, a busca por mudanças para além dos prédios construídos para as PcDs, sujeitos que contribuíram de forma ativa nesse processo.

[...] a luta se caracterizou com um grupo de pessoas com deficiência 'contra' a segregação social, guardando os mesmos preceitos da luta pela desconstrução de valores éticos que sustentam e legitimam a sociedade capitalista, pautada na desigualdade social (CABRAL FILHO; FERREIRA, 2013, p. 103).

As novas entidades contribuíram pois já vinham com a perspectiva de mudança, atraindo às pionareas há de fato atuarem com um caráter mais político e mobilizador, com o objetivo de se unirem criarem algo maior para às reivindicações de direito e à luta contra as discriminações impostas pela sociedade. Considerando-se esse cenário, o associativo está relacionado com a construção efetiva da cidadania enquanto uma conquista para a pessoa com deficiência, tornando os sujeitos participativos com a ideia de ter direitos. Com isso, ao longo dos anos 1980, se tem o fortalecimento dessa categoria enquanto movimento social por meio de encontros nacionais, manifestações públicas a fim de serem vistos. Cabe então destacar nesse processo a criação do chamado Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, reuniram-se em 1980 pela primeira vez diversas entidades para pautar comum reivindicações das pessoas com deficiências de vários estados, para traçar uma luta unificada pelos direitos, trazendo mais uma vez a exaltação da PcDs como ponto central dessa luta, em oposição à caridade e tutelarização desses sujeitos:

As pessoas com deficiência, munidas da experiência de vida e conhecedoras de suas necessidades, começaram a agir politicamente contra a tutela e em busca de serem protagonistas. O que essas pessoas buscavam era se colocar à frente das decisões, sem que se interpusessem mediadores. É nesse momento que se evidencia a necessidade de criação de uma identidade própria e positiva para esse grupo social (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 37).

Esse movimento ganhou novas estratégias à partir do terceiro encontro, realizado em 1983, destacando novas propostas: à manutenção de uma

organização nacional única, formado com membros de diferentes tipos de deficiências<sup>2</sup>; e à criação de entidades para representar as distintas deficiências, já que durante as reuniões unificadas não seriam tratadas com profundidade.

Isso não trouxe uma cisão no movimento, já que às questões específicas de cada segmento, permitiam um fortalecimento nas reivindicações num todo, contribuindo para fortalecimento principalmente da criação da nova Constituição Federal. Em 1984, as atividades da Coalizão se encerra, dando origem ao Conselho Nacional, que condicionou às criações de

[...]associações importantes no processo de luta por direitos para pessoas com deficiência: a Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos (FEBEC); a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS); e o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (MORHAN). Em 1985 foram ainda criadas a Sociedade Brasileira de Ostromizados (SOB) e a Associação de Paralisia Cerebral do Brasil (APCB) (FIGUEIRA, 2008; GADELHA; CRESPO; RIBEIRO, 2011; LANNA JÚNIOR, 2010; MAIOR, 1997). Nos anos seguintes, o movimento das pessoas com deficiência se empenhou para criar entidades estaduais e municipais de modo a ampliar a mobilização das pessoas com deficiência pelo Brasil. (IMPERATORI; NEVES, 2019, p.198)

Essas articulações da década de 80 foram essenciais para os desdobramentos no reconhecimento do direito para esse público na criação e elaboração da Constituição Federal de 1988, foram necessárias uma intensa movimentação da sociedade civil nesse processo, através de audiências públicas, debates, reuniões e encontros que permitiram levantar pautas para serem apresentadas na assembleia dos constituintes. Nesse período do país, a mobilização ocorreram de diversas categorias, que impulsionam e apoiam umas às outras, principalmente durante as manifestações públicas, em que diversas minorias se uniram, às comunidades negras, indígenas, em prol da criança e adolescentes, mulheres, entre outros.

O “Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo da Nova República-PNDNR”, estruturou metas que seriam levadas para serem analisadas durante a elaboração das políticas públicas de período de governo de 1986 a 1989, esse plano buscou responder às demandas dos grupos mais marginalizados como as pessoas com deficiência, como ficou evidenciado, “ampliar a ação no setor de atendimento

---

<sup>2</sup> Deficiência física; Deficiência auditiva; Deficiência visual; Deficiência mental; Deficiência múltipla

ao excepcional” (PNDNR, 1986). Com isso, a Emenda Constitucional n 26 de novembro de 1985, deliberou a abertura da Assembleia Nacional Constituinte no ano de 1987, com o objetivo de elaborar novas legislações que amparam esses sujeitos, a participação popular da sociedade civil, de associações e órgãos públicos no processo de elaboração da Constituição, foi possível pelo Movimento Político das Pessoas com Deficiência e representou a mudança e possibilitou na visibilidades desses sujeitos como cidadãos.

Com a Carta Magna de 1988, a deficiência se enquadra em uma questão para a proteção social e passa a expressar de forma perpendicular nas linhas dos textos da constituição, sinalizando que esses sujeitos são iguais aos demais cidadãos e tão dignos de visibilidade quando os outros, em todos os aspectos. O texto incorpora também a necessidade de descrever uma série de direitos voltados para suas necessidades, trazendo ao Estado a responsabilidade dessa integração é proteção social nas mais distintas áreas tais como, o trabalho, à saúde, à educação, à assistência entre outros. Cabral Filho e Ferreira(2013), assinala como esse reconhecimento marcou uma nova trajetória das políticas sociais para as pessoas com deficiência:

Propostas relativas ao respeito às pessoas com deficiência foram incorporadas à Constituição Federal de 1988, o que significou a possibilidade de construção de políticas sociais com a garantia de direitos dessas pessoas. As propostas incluíam o rompimento com a trajetória de tutela; o rompimento do viés caritativo; o direito ao respaldo jurídico, ou seja, uma conquista reconhecida por toda a sociedade brasileira. Os artigos da Constituição Federal de 1988 condizentes a esse processo vislumbravam formas de proteção social das pessoas com deficiência, e se constituíram em expressão dos anseios e lutas desse grupo (CABRAL FILHO; FERREIRA, 2013, p. 108).

À participação da sociedade civil nesse contexto não somente contribui para a mudança do cenário mas também fez com que assumisse uma nova perspectiva diante desse episódio, ele passar à desenvolver medidas e ofertas para o trato das expressões da questão social que lhe permeiam, agora não somente nas reivindicações mais na busca por mediar serviços públicos para à sociedade que vivencia através da expansão de associações e Organizações Não Governamentais (ONGs) a fim de “solucionar” os impasses que cercam a vida de uma pessoa com deficiência em um sistema contraditório. Sendo assim, o próximo tópico abordará um

pouco sobre a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a associação em questão faz parte dos nossos estudos para conduzirmos à respostas final, acerca da inserção da PcD no mercado de trabalho é como está imersa em condições adversas no sistema capitalista.

## 2.1. A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

De acordo com Gramsci (1972), as organizações de sociedade civil que possuem um caráter associativista podem ter o mesmo conceito de partido, no entanto, “partidos eleitorais, mas capazes de aglutinar setores sociais, inclusive outras entidades associativas, atuando, portanto, permanentemente de maneira política” (FONTES, 2017, p. 210), ou seja, possui diversas contribuições que atingem diretamente o campo da política, seja na publicização das demandas sociais, também o papel de influência na atuação e colaboração em espaços de políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento dos fundamentos da participação democrática e em outros momentos desempenham a prestação de serviços, principalmente no setor social. Sendo assim, a inclusão de PcDs nos mais diversos espaços possibilita a sua emancipação enquanto sujeitos de direitos e nesse capítulo concentrar-se-á esforço de análise da APAE como um espaço de execução de muitas das políticas, e que também contribui com a inserção de PcDs no mercado de trabalho, a partir da contribuição do Serviço Social.

Assim como as demais associações, a APAE desempenha influência na vida das PcDs. Por isso, neste tópico será necessário traçar os caminhos constitutivos dessa organização, ou melhor, do movimento apaeano frente às políticas sociais. Questões intrínsecas relacionadas na visibilidade da pessoa com deficiência, pioneira na criação e serviços estruturados para sujeitos com deficiência, foi fundamentado por Beatrice e George Bemis<sup>3</sup>, de suas experiências nos Estados Unidos, fundada no estado do Rio de Janeiro em 11 de dezembro 1954 é que surgiu a primeira APAE no Brasil com o apoio de Beatrice, que formou um grupo com pais e responsáveis de pessoas com deficiência, professores e médicos. Nesse período,

---

<sup>3</sup> Beatrice e George Bemis eram pais de uma criança com síndrome de Down e membros do corpo diplomático norte-americano. “Tendo participado da fundação de mais de duzentos e cinquenta associações de pais de pessoas com deficiência(s) nos Estados Unidos[...]” (FENAPAES, 2001, p. 17).

tratando-se de pessoas com deficiência, a conjuntura era permeada pela invisibilidade desses sujeitos, com negligência dos governantes impulsionaram ainda mais as iniciativas dessas associações.

A associação atuava na reabilitação e educação de seus usuários, em 1957 ela lidera a primeira campanha atenção à Educação Especial que foi a *Campanha Nacional de Educação do Surdo Brasileiro (CESB)*, e em 1958 a *Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão* entre outras. A mobilização e articulação pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência, fez com que a criação da APAE fosse fundada em outros estados, gerando assim o Movimento Apaeano, que tratava de estratégias para a viabilidade no campo social.

O movimento ganhou forças e se ampliou para demais capitais e posteriormente para interiores dos estados, que entre o período de 1955 a 1962 foram cerca de 16 sedes em todo o Brasil articulando para fortalecimento do movimento foram criadas federações estaduais denominadas Federação Nacional das APAEs- FENAPAES, tornando-se o maior movimento filantrópico que atua na área, de acordo com o Manual para novos dirigentes das APAEs, a:

“Apae é uma associação civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município em que estiver situada.” (FENAPAES-MG, 2010, p.09).

A fim de promover a atenção de forma integral a PcD, prioritariamente pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas, prestando serviços na área da educação, saúde e assistência social, atualmente com cerca de 2.249 unidades (2021) em todo território nacional (APAE BRASIL, 2021), mesmo depois das mudanças no cenário político e efetivação da Constituição de 1988 e introdução de aparatos legais, ainda verificasse um afastamento da responsabilidade do Estado para esse público, que intensificou no aumento de instituições no país que não estavam diretamente ligada ao governo, mas que promovia serviços de responsabilização dos governantes, a partir disso esses espaços são caracterizados como “terceiro setor”, que segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, refere-se:

O termo “Terceiro Setor”, de origem norte-americana, surge como conceito consolidado nos Estados Unidos em 1978, tendo como idealizador John D. Rockefeller III. No Brasil, o termo surge através da Fundação Roberto

Marinho, sendo apresentado ao mundo por meio de empresas e intelectuais ligados à burguesia, o que faz com que reflitamos o porquê deste empenho em desenvolver ações institucionais voltadas para a refil antropização no trato da questão social (IPEA, 2011, p. 1).

E evidenciado que ele surge para amenizar e lidar com as mazelas advindas do sistema vigente, que acaba retirando a responsabilidade do Estado, enquanto agente que faz a manutenção da cidadãos, e passa esse “tarefa” a sociedade civil, no entanto que se tem um número expressivo de instituições voltadas a prestação de serviço gratuito.

Os estatutos das primeiras sedes da APAE apresentava, objetivos baseados nas ideologias norte americanas, com intuito de promover o ajustamento social do “excepcional”, através de atendimentos voltados os desenvolvimentos desses indivíduos, estimulação de atividade, trabalho com parcerias privadas e públicas a fim de promover também pesquisas que “promover junto aos órgãos oficiais a obtenção de medidas legislativas e administrativas, visando aos interesses dos excepcionais” (ESTATUTO DA APAE , 1954, p. 2), assim o conceito de excepcional:

O termo excepcional é interpretado de maneira a incluir crianças, adolescentes e pessoas de maior idade, que se desviem acentuadamente para cima ou para baixo da norma do seu grupo em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação destas, de forma a criar um problema especial com referência a sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social (ESTATUTO DA APAE, 1954, p. 2).

Um ponto importante, e que fundamenta também a luta das PcD da quebra aos estereótipos e preconceitos contra a suas diversidades corporais, compreende a forma de como são tratados nessa sociedade influencia, por isso, a forma como são referidos carrega também configurações capacitistas, sendo assim, a população de pessoas com deficiências, mobilizou por essas mudanças. Visto que a terminologia já foram diversas, tais como, incapacitados, defeituosos, inválidos, especiais, excepcionais, pessoas portadoras de deficiências, pessoas com necessidades especiais e muitos outros.(SASSAKI,2003), que está imbricado a preconceitos, como Sasaki demonstra:

A tendência é no sentido de parar de dizer ou escrever a palavra "portadora" (como substantivo e como adjetivo). A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta sua deficiência. Ela tem uma deficiência. Tanto o verbo "portar" como o substantivo ou o adjetivo "portadora" não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. Por exemplo, não dizemos e nem escrevemos que uma certa

peessoa é portadora de olhos verdes ou pele morena. Uma pessoa só porta algo que ela possa não portar, deliberada ou casualmente. Por exemplo, uma pessoa pode portar um guarda-chuva se houver necessidade e deixá-lo em algum lugar por esquecimento ou por assim decidir. Não se pode fazer isto com uma deficiência, é claro. (SASSAKI, 2003, p. 160-165).

É necessário sinalizar aqui acerca do termo uma crítica “excepcionais”, que dentro do conceito de capacitismo essa terminologia, assim como “especial”, podem perpetuar atitudes e prejudicar, pois, tais termos podem inadvertidamente sistematizar a ideia de que as PcD são diferentes dos demais, desviando se da lógica de uma administração inclusiva que a instituição prega, portanto, ao analisar esses aspectos, busca-se entender que para uma abordagem na prática e linguagem de forma mais inclusiva, contribui também para uma sociedade anticapacitista. Com isso, trataremos de explicitar no próximo subtítulo acerca do surgimento da APAE no município de Mariana em Minas Gerais, e analisarmos de como e quais forma contribui para efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, principalmente na inserção ao trabalho.

## 2.2. A APAE DE MARIANA E SUAS PARTICULARIDADES

Antes de articular sobre as particularidades da APAE/Mariana é necessário entender sobre o contexto sócio-histórico da região mineradora que atualmente o município marianense pode ser compreendido como região mineiro-dependente, na qual a estrutura da dependência é como a "situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada" (Santos, 2011, p. 5), ou seja, a cidade foi construída a partir de bases exploratórios, inicialmente pelo ouro no seu primórdios de existência e posteriormente pelo extração de minério, e que perpetua até hoje, grande parte de arrecadações de recursos para a receita da cidade é advinda dessa atividade.

A cidade de Mariana é um dos mais antigos núcleos de povoamento de Minas Gerais. Desde o final do século XVII ali começara a se formar, em torno da extração aurífera, uma das mais tradicionais e famosas cidades coloniais mineiras. A criação da Vila do Carmo, em 1711, nome também do rio que a corta, fez com que dezenas de povoados surgidos na região central de Minas se tornassem distritos e freguesias pertencentes, formando um imenso Termo administrativo. Foi também a primeira vila elevada à cidade, em 1745, passando a se chamar Mariana, além de sede do primeiro bispado da Capitania de Minas Gerais (ANDRADE, 2010, p.212, *apud* BARBOSA, 2011, p. 20).

A economia da cidade está ligada à atividade de extração de mineral majoritariamente e ao comércio, em 2022 ficou na terceira posição entre um dos municípios que mais arrecada da Compensação Financeira pela Exploração Mineral-CFEM em Minas Gerais. De acordo com o IBGE (2022) o município tem uma população de cerca de 61.387 habitantes, a exploração minério de ferro inicia a partir de 1960 com a instauração das empresas mineradoras e seus trabalhadores, aumentando significativamente a população e que conseqüentemente a cidade se modificou para se adaptar a número expressivo de cidadãos e fornecer serviços essenciais.

No âmbito do atendimento à pessoa com deficiência não foi diferente, segundo a atual diretoria da instituição devido a grande demanda para um lugar de acolhimento às PcD um grupo de familiares, apoiadores com a liderança de Izaltino Teodoro de Almeida Filho, que posteriormente a parte escolar da instituição recebe esse nome em sua homenagem, reivindicou junto a prefeitura Mariana um espaço para incorporar as atividades da APAE na cidade, assim, a associação foi fundada em 30 de janeiro de 1993, primeiramente atendendo demandas voltadas para parte clínica de seus usuários, como a fisioterapia, devido ao grande fluxo de pessoas foi necessário em uma realocação do espaço, em 1995 a instituição passa para um prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Mariana, atuando nas políticas de educação, saúde, assistência social e previdência, que está diretamente ligado a demandas de seus usuários.

A APAE tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária. As APAEs têm autonomia administrativa e jurídica perante a administração pública ou privada na comunidade em que ela está inserida, sendo proibido qualquer vínculo que comprometa a filosofia e os objetivos do movimento (CLEMENTE JUNIOR; FERREIRA; HANSEN, 2016, p.160).

Na área da educação, possui atendimentos voltados para o desenvolvimento dos alunos, baseados no Projeto Político Pedagógico- PPP, que pensa nas individualidades de cada um desses sujeitos, atualmente no espaço funciona uma escola regularizada, a "Escola Especial Izaltino Teodoro de Almeida Filho" - APAE/Mariana. Atualmente ela atende cerca de 182 discentes( informação do PPP

do início de 2022), entre a faixa etária dos 06 meses aos 60 anos, sujeitos com deficiências múltiplas e intelectuais, ofertando níveis infantil (creche), Fundamental anos iniciais (1º ao 5º) e a Educação de Jovens e Adultos - EJA (anos finais do 6º ao 9º). No âmbito da saúde, os atendimentos de atividades de reabilitação, ampliação das atividades, com os serviços de fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia, além de um espaço odontológico.

Após a conclusão da Escolaridade o estudante passa por uma avaliação feita por uma equipe multidisciplinar (Assistente Social, Psicóloga e Pedagoga) para sua inserção no projeto denominado de Centro de Convivência, oficinas desenvolvidas sempre pensando na autonomia e emancipação da PcD registradas no Projeto Político Pedagógico - PPP , são elas:

- OFICINA DE HORTA E TEMPEROS: A empresa VALE através da realização de um projeto denominado VALE VALORIZAR, contribuiu para a criação da Oficina de Temperos. Os alunos cultivam uma horta dentro da instituição, sempre com a orientação do professor e do monitor, participando de todo processo; da preparação do solo para o plantio, passando pelas regras e cuidados com os canteiros. Todo esse trabalho recebe o apoio do próprio presidente da APAE, que além de gostar desse trabalho, entende a necessidade de contribuir com o trabalho dos professores e alunos, participando dessa forma, indiretamente do processo de ensino e aprendizagem. Após a colheita, as hortaliças passam pelo processo de produção de temperos. Essa é mais uma etapa da oficina, que foi realizada na cozinha exclusiva para esse trabalho, através da empresa citada acima acondicionados em pequenos potes, os temperos foram colocados à venda na própria escola entre os funcionários e amigos da APAE. Sem a pretensão de grandes produções, pois é de acordo com o ritmo dos alunos, a oficina se tornou um sucesso na APAE. Além disso, as verduras e vegetais também são comercializados na porta da instituição, contribuindo, mesmo que timidamente, para a renda financeira da escola.
- OFICINA DE TAPETES: É uma das oficinas mais antigas da instituição, por se constituir num excelente recurso didático-pedagógico para desenvolvimento de muitas habilidades motoras, cognitivas e de interação. Por ser de técnica simples, ela atende alunos com maiores

comprometimentos, gerando aumento da autoestima e estimulação da aprendizagem. São tapetes de amarração de retalhos, coloridos ou monocromáticos, de acordo com a quantidade da matéria-prima. Os retalhos são doações de pessoas amigas da APAE e de empresas que trabalham com tecidos. É um produto de boa aceitação por aquelas pessoas que apreciam o trabalho artesanal.

- OFICINA DE MOSAICO: O Ateliê JUNTANDO OS CACOS, nasceu da necessidade de uma mãe de aluno com autismo, em encontrar uma atividade terapêutica para o filho, que fosse de encontro ao trabalho realizado na APAE. Grande admiradora da arte do mosaico, no ano de 2013, iniciou suas atividades com o apoio de mais três mães de alunos e duas voluntárias. A oficina é autossustentável e atende as turmas de EJA anos finais do turno da tarde. Por ser uma oficina cuja matéria prima é de alto custo, a produção acontece em série. Existem as turmas que cortam o azulejo (alunos menos comprometidos), outra que lixa, outra que cola e ainda uma que separa por cores os caquinhos. Dessa forma, a oficina atende a todos os alunos e promove socialização, respeito pelas diferenças, entre outros valores. As mães e voluntárias junto com o professor da turma, acompanham de perto o trabalho dos alunos e se encarregam de finalizar as peças. Toda a produção é vendida na escola e também para o público externo que toma conhecimento do trabalho, através das exposições periódicas que as mães, juntamente com a escola, realizam em diversos espaços como Universidades, Casas paroquiais, Casas de Cultura e outros.

### 2.3 A INSERÇÃO DAS ALUNAS E ALUNOS NO MERCADO DE TRABALHO EM MARIANA COMO PARTE DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

Como mencionado problematizamos neste texto, o trabalho tem importância vital na vida das pessoas, seja como forma de garantir a sua subsistência e identidade nesta sociabilidade, seja como desenvolvimento de potencialidades. Entretanto, esta mesma sociabilidade que tem por centro da reprodução da vida o trabalho reproduz um sistema contraditório e excludente. Para a PcD o trabalho inclusivo tem o potencial de lhe permitir romper diversas barreiras, nesse último

momento, busca-se abordar sobre a inclusão produtiva da PcD mediados a atuação do Serviço Social na APAE de Mariana. Para dar conta da problemática, recuperamos anotações em diários de campo do período de estágio supervisionado em Serviço Social na unidade, durante o ano e meio de estágio.

O processo de estágio possibilitou conhecer as particularidades da atuação do(a) assistente social em espaço ainda ambíguo, a instituição hoje desempenha a terceirização do seus serviços para além de ambiente filantrópico, principalmente no âmbito da educação, saúde e assistência social, que permitem aos usuários o acesso a direitos que são negligenciados pelo Município, no entanto, ainda se trata de espaço enraizado no conservadorismo, na ideia de favor e de ajuda aos "especiais". Com isso, o Serviço Social desempenha um papel fundamental nesse ambiente, visto que o profissional está vinculado ao Projeto Profissional mais crítico e que visa a emancipação dos usuários.

Durante esses momentos foi nitidamente perceptível o papel da assistente social na APAE, para além das questões de acesso a direitos e garantia, o(a) assistente social é capaz analisar o contexto sócio-histórico do espaço onde atua e possui arcabouço teórico-metodológico para identificar as inúmeras expressões da questão social que perpassam nesse âmbito, tais como, a violência, a fome, o abandono, falta de acesso aos direitos. A assistente social, possui autonomia que lhe permite avançar em suas intervenções no cotidiano do seu trabalho e que contribui significativamente, a intervir de forma mais qualificada com as demandas apresentadas.

Durante essa trajetória, foi possível observar que grande parte dos usuários que já estão a mais tempo enxergam a profissional como uma pessoa que está ali para “ajudar”, que entendem os serviços ofertados como favores,

No conjunto desta ação profissional institucionalizada , o assistente social é reconhecido como o profissional da ajuda , do auxílio, da assistência, da gestão de serviços gerais, desenvolvendo uma ação pedagógica, distribuindo recursos materiais, atestando carências, realizando triagens, conferindo méritos , orientando e esclarecendo a população quanto a seus direitos, aos serviços, aos benefícios disponíveis, administrando recursos institucionais, numa mediação da relação: Estado, instituição, classes subalternas ( YAZBEK, 2009, p.14).

Um dos desafios enfrentado pela profissional nesse espaço é desenvolver um fazer profissional mais crítico e profundo por se tratar também de ambiente filantrópico e assistencialista que vão de contra mão aos princípios norteadores da

profissão, sendo assim, é necessário desenvolver articulações com os pais e responsáveis dos usuários em diversas questões ligadas à saúde, educação, buscando sempre desconstruir esse caráter de tutela e orientando como espaço que precisa ser direito de todos usuários.

O trabalho da assistente social se desenvolve a partir da construção da autonomia desses sujeitos, para que busquem seus direitos e entendem quais são ou não, como acessá-los de forma mais qualificada, para além da inserção dos usuários na escola, uma luta em busca de direitos, como a inserção dos usuários no mercado de trabalho, que é um projeto de intervenção da profissional desenvolvido na instituição, vai de encontro com a fala de Santos:

A profissão, de acordo com o projeto ético-político hegemônico, assume o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, com a ampliação da cidadania, com a qualidade dos serviços prestados, com a luta em favor da equidade e da justiça social. Compromissos estes que devem ser perseguidos nas atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais. Para isso, os profissionais devem privilegiar a utilização de instrumentos de caráter democrático, coletivo, menos burocrático, sempre alinhados com a realidade em que intervém. (SANTOS, 2013, p. 28).

A partir da análise sócio histórica dos usuários e as demandas apresentadas entende que esses sujeitos como os demais devem ser incluídos na sociedade de forma que se sentem pertencentes ao espaço social em que vivem, e a instituição condiciona atividades vinculadas a este propósito, como as oficinas, a parte escolar, entre outros. No entanto, viu-se necessário articular outras possibilidades, visto que o objetivo da associação é potencializar o desenvolvimento da pessoa com deficiência, a fim de que ela como um sujeito pertencente a uma sociedade se articule e construa sua própria identidade. E nessa perspectiva, que o Serviço Social na APAE de Mariana desenvolveu uma intervenção que possibilitasse esse acesso, uma proposta de inserção dos usuários da APAE no campo de trabalho denominado "APOIO À INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO", com intuito de inserir os estudantes que já finalizaram os estudos em empresas locais, como apresenta o Projeto Político Pedagógico da instituição:

Coerente com sua proposta de atender o aluno de acordo com suas particularidades, considerando acima de tudo, suas habilidades e competências, a APAE-Mariana, desenvolve um trabalho de apoio à inserção do aluno com deficiência intelectual e múltipla no mercado de

trabalho. Esse apoio é total e contínuo, e não se esgota no momento da contratação do aluno. A assistente social e por vezes, junto com a psicóloga, oferecem suporte emocional, postural, funcional, para os candidatos ao emprego. Contratados, a escola acompanha, dá apoio ao aluno e às famílias do aluno e se coloca à disposição dos contratantes para ser o elo entre o aluno e o empregador. (APAE/MARIANA, 2021, p. 53)

Como já mencionado, existem diversas faixas etárias na instituição desde o berçário até a terceira idade, com isso, trabalha se individualmente com cada usuário, a partir da sua entrada, eles passam por uma avaliação multidisciplinar, que são atualizadas anualmente, visando desenvolver suas potencialidades de cada usuário, pois entende que cada sujeito tem suas particularidades, no momento o serviço são voltados para pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas<sup>4</sup>, sendo assim, é proposto dinâmicas diferentes para cada aluno, a fim de potencializá-los trabalhando a coordenação motora global e gina, memória e lógica, evocação, atenção e concentração, reflexões do cotidiano, essas atividades são articuladas a partir das orientações das Atividades de Vida Diária- AVD e as Atividades de Vida Prática- AVP, conforme a necessidade de cada aluno.

A inclusão se configura como pertencimento da pessoa com deficiência nos espaços sociais, e o trabalho como mencionado no primeiro capítulo transfigura essa ação, visto que ele permite o homem se potencializar e mostrar suas habilidades, diante disso, o termo inclusão laboral se destina a inserção das pessoas com deficiência, no apenas como um direito<sup>5</sup>, mais como um espaço de reconhecimento, que deve lhe permitir se potencializar.

Com isso, o processo de inserção dos alunos no mercado de trabalho se dá com a contribuição do Serviço Social na instituição presente, atualmente somente os

---

<sup>4</sup> [...] No âmbito científico deficiência intelectual remete a inteligência e racionalidade, atributos característicos do ser humano e por ele valorizados. Compreender a inteligência e seu funcionamento tem sido, portando, um desafio que ocupa cientistas e estudiosos de todo mundo em diferentes épocas (SOARES; CARVALHO, 2017, p. 22).

[...] A deficiência múltipla abrange a associação de deficiência que podem variar conforme o número, a intensidade e a abrangência dos impedimentos individuais e seus impactos no nível funcional da pessoa. Desse modo, a associação de deficiência implica variadas condições e capacidades singulares de cada pessoa, podendo considerar: (a) tipo e número de impedimentos; (b) abrangência das áreas implicadas e; (c) idade de aquisição desses impedimentos. Essas condições subsidiam soluções e decisões favoráveis às pessoas em situação de deficiência, tendo em vista sua plena acessibilidade e participação (OLIVEIRA, 2017, p. 25)

<sup>5</sup> Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. § 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor. BRASIL, 2015, Art. 34).

usuários com deficiência intelectual, que ainda representa uma contradição mais uma vez enraizando no viés capacitista, consegue se inserir no mercado de trabalho no município. Pois os contratantes exigem uma seletividade que se restringe apenas aos usuários diagnosticados e com comprovações de deficiência intelectual leve, esse aspecto representa o ideal no mundo capitalista, onde se visa apenas a lucratividade, sem pensar nos potenciais de cada sujeito, onde assim, os trabalhadores se submetem a riscos e a empregos precarizados, incluindo fortemente os idosos e as pessoas com deficiência(IAMAMOTO, 1998).

Ou seja, a assistente social, mesmo com sua autonomia profissional, tem que se enquadrar às exigências do capitalismo, e selecionar os alunos mais adequados aos moldes, o desenvolvimento deste projeto respaldado pela Lei de Cotas, a lei de número 8.213 24 de julho de 1991(Quadro 1):

#### **Quadro 1:**

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.....	5%.

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes

habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

Fonte: Lei n. 8.213 de 1991 (Brasil, 1991).

Tendo uma perspectiva de acompanhamento, depois a inclusão no mercado de trabalho e posteriormente suporte pós inclusão. Atualmente são oito alunos/usuários inseridos neste projeto, em faixa etária entre 18 a 26 anos, por três empresas diferentes. A primeira é a SEMEP Logísticas e Construção Ltda., que se trata de uma empresa que presta serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, nas categorias industrial, equipamento móveis e mandrilamento de campo, no entanto, os três alunos inseridos prestam serviços terceirizados na própria instituição na função de serviço gerais, contribuindo na limpeza do ambiente de trabalho durante meio período.

A segunda tem um estudante, é a prefeitura pelo Programa de Inclusão Produtiva da Pessoa com Deficiência( PIP- PD), dispõe do artigo um para descrever seus objetivos:

Fica criado no âmbito do Município de Mariana o Programa de Inclusão Produtiva da Pessoa com Deficiência (PIP - PD), com objetivo único de oferecer apoio institucional às pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social, com vistas à capacitação para o trabalho, auxílio econômico para erradicação da pobreza e a promoção da dignidade e do desenvolvimento humano sustentável a se reger pelas disposições desta Lei.(LEI Nº 3.277, DE 25 DE JUNHO DE 2019).

Que insere seus funcionários em setores públicos da Prefeitura de Mariana, o aluno em questão está vinculado na prestadora de serviços de limpeza urbana, APPA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS EFETIVOS LTDA., na função de serviço gerais, das vias públicas, ruas, praças, jardins limpando e higienizando esses espaços. E a última é o rede de Supermercados BH na própria cidade, que tem quatro funcionários usuários da APAE, dois na função de reposição e organização de mercadorias,( mantém as gôndolas organizadas, mercadorias com a validade em dia, descartando as vencidas e o ambiente limpo), e os outros dois são embalado de mercadorias, guardando as compras dos clientes.

Serviço Social recebe comumente as mesmas respostas, como pudemos recuperar dos registros de campo, “Empresas como mineradoras entram em contato com a APAE, mas não formalizam às contratações por os estudantes não se

enquadrarem no perfil desejado, pois não possuem experiência e muito menos qualificação para ocuparem as vagas ofertadas por eles” (DIÁRIO DE CAMPO, dia 14/09/2022). No entanto, como destaca em linhas atrás, a empresas investe na formação dos usuários, no entanto, não os contratadas enquanto trabalhadores, podemos compreender aqui um expressão do capacitismo intrínsecos na relação das empresas com os usuários, os categorizando como “menos”, não aptos a exercerem funções com postos de trabalho menos valorizados, podemos entender aqui mais contraditoriedade existem na sociedade capitalista imbricado de capacitismo, pois a mesma empresas que dispõem de subsídios para a manutenção da educação desses estudantes, os excluem quando deseja ingressar no mercado de trabalho, os categorizando como “inferiores”, Oliveira destaca que a ingresso da PcD, está configurada as esses aspectos, pois:

[...] A inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho envolve, então, dois aspectos. A discussão da não discriminação e a dimensão positiva representada pelas ações afirmativas como meio de promover essa inclusão.

[...] O trabalhador com deficiência intelectual, além de ocupar a faixa inferior da classe proletária brasileira, sofre a “estigmatização” dentro das organizações do trabalho por suas significativas limitações de desempenho, pois a pessoa com deficiência intelectual, por própria definição, necessita de apoio por meio de orientações, de supervisão e ajuda técnica, que auxiliem e permitam compensar uma ou mais de suas limitações funcionais, motoras, sensoriais ou mentais, de modo a quebrar barreiras da mobilidade, de temporalidade e da comunicação (OLIVEIRA,2017, p. 22).

Para articular com o nosso objeto de estudo, foi necessário entender quais espaços esses sujeitos estão inseridos na cidade, com isso, para subsidiar as informações aqui serão apresentadas nesse projeto de conclusão de curso, como as anteriores, de maneira informou através de contato com a instituição, e também para completar as informações aqui mostradas, foram dialogadas com outros espaços como e onde estão sendo inseridos as pessoas com deficiência da região, eu procurei no SINE- Mariana e no PIP- PD, não obtendo resposta do SINE, consegui coletar as informações no Programa de Inclusão, também conhecido por “ Renda Mínima” para a população, que atualmente cerca de 87 usuários estão inseridos no programa, trabalhando no setor público, com funções diversas, serviços gerais em sua maioria, para se inserir no programa devem se enquadra nas seguintes restrições, expressa no artigo quarto da legislação(MARIANA,2019).

Para habilitar-se no Programa, será exigido do pretendente:

- I - laudo médico emitido por técnico especializado, do qual deverá constar o diagnóstico da deficiência do interessado e que aponte a limitação da deficiência para fins laborais;
- II - diagnóstico da unidade familiar, consistindo em um relatório socioeconômico emitido obrigatoriamente por equipe multidisciplinar que realize o acompanhamento do beneficiário no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS de território do pretendente.
- III - prévia inscrição do interessado no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal;
- IV - Comprovação de residência no Município de Mariana há pelo menos 04 (quatro) anos, salvo os casos específicos justificados em parecer técnico;
- V - Comprovação de renda per capita na seguinte ordem prioritária:
  - a) 1/4 do salário mínimo vigente;
  - b) 1/3 do salário mínimo vigente;
  - c) 1/2 do salário mínimo vigente.

Dentro dessa ação, a atuação do(da) do assistente social devem ser respaldadas nos preceitos do Código de Ética Profissional que se encontra dentro do contexto no seu sexto princípio que atribui ao “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.”(CFESS, 1993, p. 23), a visa a participação desse grupo no contexto profissional, pois entende-se que a não inserção da PcD representa uma das inúmeras expressões da questão social, que impedem a não efetivação dos direitos, como ressalta Iamamoto ela representa o contrário da luta e da atuação do assistente social:

A questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta. A perspectiva de análise da questão social aqui assumida recusa quaisquer reducionismos econômicos, políticos ou ideológicos. Ao contrário, o esforço orienta-se no sentido de captar as dimensões econômicas, políticas e ideológicas dos fenômenos que expressam a questão social, resguardando a fidelidade à história. Em outros termos, apreender o processo social em sua totalidade contraditória, reproduzindo, na esfera da razão, o movimento da realidade em suas dimensões universais, particulares e singulares(IAMAMOTO,1998, p. 114 e 115).

Por isso, o acesso dos usuários, ainda que enraizados em lógicas ainda capacitistas, que não os vejam como sujeitos em potencial, representa uma quebra na lógica capitalista, que ainda necessita de mudanças. O projeto de emprego de apoio possibilita essas articulações entre a empresa, o aluno e associação, entendendo as particularidades de cada sujeito que não são finalizadas após a inserção do usuário no mercado de trabalho. No entanto, ao fazer essa inserção das PcDs no mercado de trabalho se deparam com inúmeros obstáculos, desde as barreiras físicas( lugares não acessíveis, falta de sinalização, barreira tecnológica,

barreira na comunicação), além disso, ao inserir a pessoa com deficiência, não objetivam potencializa-los so cumprir a lei, como a pesquisadora Hipólito afirma “Contratar uma pessoa com síndrome de Down e deixá-la na recepção para dar bom dia, boa tarde e boa noite não é a adaptação que nós buscamos”(HIPÓLITO, 2022),ou seja, o ato de inserir a pessoa com deficiência deve estar ligado também a dois conceitos, que segundo Sasaki(1997), o primeiro é integração, que pressupõe a inserção social das PcD a partir da lógica de reabilitação, ou seja, numa perspectiva de se ajustarem. Já o segundo conceito, diz respeito à inclusão, enquanto algo vindo da sociedade para esses indivíduos, assegurando a participação social completa e de responsabilidade de todos.

## CONCLUSÃO

Com tudo, as considerações até expostas permite suprir as indagações feitas no início deste trabalho sobre a inserção dos usuários da APAE de Mariana, e como está interligado na lógica da sociedade capacitista, onde esses sujeitos são os “inferiores” aos demais, enquadrando-os a partir de suas diversidades corporais, atrelando sempre a lugares, empregos, que não desenvolva suas potencialidades. Com isso, pode-se observar que ao longo do texto, entende que a deficiência ela é algo construído ao longo das sociedades e a maneira como as pessoas com deficiência são percebidas variam.

Sendo assim, conclui-se a sociedade contemporânea os compreende a partir do modelo médico que Hunt enfatiza, que atrela a uma forma de opressão e exclusão social, principalmente no mundo do trabalho, ocasionando na não inserção ou mais comumente a função que não os potencializam, como podemos observar nos exemplos explicitados acima, “assim as alternativas para romper com o ciclo de segregação e opressão não deveriam ser buscadas nos recursos biomédicos, mas especialmente na ação política capaz de denunciar a ideologia que oprimia os deficientes.”(DINIZ, ,p.19), não abstendo dos cuidados médicos, mas entendendo com a opressão as expressões corporais diversas, é algo que está enraizando na sociedade, com viés capacitista de enxergar e entender a pessoa com deficiência.

A inserção no mercado de trabalho não é desafios somente para os usuário da instituição, mas permite refletir que sobre a situação da pessoa com deficiência que tentam ingressar em um emprego, e isso nos permitiu visualizar que mesmo com aparatos e legislações, ele ainda se encontram em desvantagens, e que a criação da lei não garante essa entrada de qualidade, e se condiciona a mera formalidade impostas às empresas, que não pensa no trabalhador de forma individual respeitando suas diversidades, o condicionando a sempre a status de serviço muitas vezes, informal, desigual e que não lhe permite se ver pertencentes dessa sociedade.

Dessa forma, pensar a pessoa com deficiência no mercado de trabalho, é pensar na sua identidade enquanto sujeito, para além da sua deficiência, podendo enxergar os potenciais e habilidades que podem ser expressadas no campo do

trabalho. Com isso, podemos entender que essa questão se esgota, ela ainda precisa ser estruturada, para responder e levar a estudo de porque a deficiência imposto pela sociedade.

Entender também que os preconceitos, fortemente ligado ao capacitismo permite que a ótica ainda se mantenha retrocessa e contraditória, dessa forma, esse pequeno esboço sanou algumas informações e levantou outras para próximos estudos, pois existem diversos limites que condiciona ao desemprego das pessoas com deficiência, entender também acerca do capacitismo na sociedade, que não deve ser considerada forma de entender e ver a PcD.

Além disso, é necessário avaliar com condições que levam a perpetuação desses cargos para pessoa com deficiência, a leis de cotas, garante qual inserção, nesses espaços estão, contribui para somente com a manutenção do exército de reserva do capitalista, ou está vincula reconhecer e exaltar a pessoas com deficiência em uma sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, trabalho e à renda**, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 20 de abr. de 2023.

AMARAL, G. **A CATEGORIA TRABALHO EM MARX: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SUA CENTRALIDADE ONTOLÓGICA**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/a\\_categoria\\_georgea.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/a_categoria_georgea.pdf). Acesso em: 05 de jul. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e a sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

APAE BRASIL. **Mapa das APAES**, 2019. Disponível em: <https://apaebrasil.org.br/conteudo/mapa-das-apaes>. Acesso em: 04 de dez. de 2022.

APAE BRASIL. **Quem Somos**. Disponível em: <https://apaebrasil.org.br/conteudo/quem-somos>. Acesso em: 01 de ago. de 2022..

APAE DE MARIANA. **Projeto Político Pedagógico**, Mariana/MG, 2021.

ARBIA, Alexandre Aranha. Liberdade, igualdade e politicidade. In: ARBIA, Alexandre Aranha. **A ilusão de controle da incontabilidade: uma análise das formas ideológicas estatais (política e direito) a partir da crítica da economia política**. Orientador: Yolanda Aparecida Demetrio Guerra. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. p. 462. Disponível em: [https://www.academia.edu/45618868/A\\_ilus%C3%A3o\\_de\\_controle\\_da\\_incontabilidade\\_uma\\_an%C3%A1lise\\_das\\_formas\\_ideol%C3%B3gicas\\_estatais\\_pol%C3%ADtica\\_e\\_direito\\_a\\_partir\\_da\\_cr%C3%ADtica\\_da\\_economia\\_pol%C3%ADtica](https://www.academia.edu/45618868/A_ilus%C3%A3o_de_controle_da_incontabilidade_uma_an%C3%A1lise_das_formas_ideol%C3%B3gicas_estatais_pol%C3%ADtica_e_direito_a_partir_da_cr%C3%ADtica_da_economia_pol%C3%ADtica). Acesso em: 25 nov. 2022.

BERALDO, Lilian. **Mercado de trabalho para pessoas com deficiência é tema do Caminhos**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-03/mercado-de-trabalho-para-pessoas-com-deficiencia-e-tema-do-caminhos#:~:text=Atualmente%2C%20cerca%20de%20372%20mil,apenas%2053%25%20das%20vagas%20reservadas>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BETTI, Alexandre Prado. **Perspectivas do emprego apoiado**. Revista Deficiência Mudanças na Forma de se Pensar e Conceber o Acesso ao Trabalho de Pessoas com Deficiência Intelectual são Necessárias e Urgentes. São Paulo, ano 4, 2014. Disponível em: revista emprego apoiado.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da

União, Brasília-DF, 2015. Disponível em :< [LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015](#)>. Acesso em: 01/ 05/2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 1996. Disponível em: [LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996](#) Acesso: 01/05/2022.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e das outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 1993. Disponível em:< [LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993](#)>. Acesso: 30/04/2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991.** Disponível em:  
<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.583, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm). Acesso em: 21/06/2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para%20correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para%20correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). . Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição (1988)**. Brasília: Centro Gráfico; 1988.  
CABRAL FILHO, Adilson Vaz; FERREIRA, Gildete. **Movimentos sociais e o protagonismo das pessoas com deficiência**. Ser Social, Brasília (DF), v. 15, n. 32, p. 93-116, jan./jul. 2013. Disponível em:  
[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/viewFile/9599/7136](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/9599/7136). Acesso em: 10 de jul. de 2023

CABRAL, Adilson; FERREIRA, Gildete. **Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência**. In: SER Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 93-116, jan/jun, 2013. Disponível em: . Acesso em: 17 mar. 2023.

CAROLINA, A.; REZENDE, L. Universidade Federal de Ouro Preto -UFOP Instituto de Ciências Sociais Aplicadas -ICSA **PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO**

**DE TRABALHO: O CASO DO AUTISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.** [s.l.: s.n.]. Disponível em:  
[https://200.239.128.125/bitstream/35400000/4240/8/MONOGRAFIA\\_PessoaDefici%C3%AanciaMercado.pdf](https://200.239.128.125/bitstream/35400000/4240/8/MONOGRAFIA_PessoaDefici%C3%AanciaMercado.pdf). Acesso em: 05 de dez. 2022.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda. **A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras - Um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho.** Belo Horizonte, 2007.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 10 de mar. de 2023.

CFESS. **Série assistente social no combate ao preconceito discriminação contra a pessoa com deficiência.** Caderno 7. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2019.

CLEMENTE, Carlos Aparício; SHIMONO, Sumiko Oki. **TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E LEI DE COTAS:** invisibilidade, resistência e qualidade da inclusão. 2015. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências do Trabalho, Scola Dieese de Ciências do Trabalho, São Paulo, 2015. Disponível em:  
<https://www.sinicesp.org.br/inclusao/publica%C3%A7%C3%B5es/defici%C3%Aancia%20e%20lei%20de%20cotas%20-%202015.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CONGRESSO EUROPEU DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Declaração de Madri.** Madrid; 2004.

DAVIS, Lennard. **Identity Politics, Disability, and Culture.** In: ALBRECHT, Gary L.; SELMAN, Katherine D.; BURY, Michael. Handbook of Disability Studies. London: Sage, 2001. pp. 535-545.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo : Brasiliense, 2007.

FENAPAES-MG. **Manual para Novos Dirigentes das Apaes do Estado de Minas Gerais,** Minas Gerais, 2010. Disponível em:  
 <<https://docplayer.com.br/9134895-Manual-para-novos-dirigentes-das-apaes-do-estado-de-minas-gerais.html>>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humanos: O direito do trabalho, uma ação afirmativa,** 2005.

GADELHA, Crismere; CRESPO, Lia; RIBEIRO, Suzada. **Memórias da Luta: Protagonistas do AIPD.** In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Memorial da Inclusão. 30 anos do AIPD: Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981-2011. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI. **Los intelectuales y la organización de La cultura.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Subprocuradoria Geral do Trabalho. Conselho do CONADE.

GUGEL, Maria Aparecida. “**O trabalho do portador de deficiência. Comentários ao Decreto n. 3.298/99**”. *Gênesis: Revista de Direito do Trabalho*. 15(88), abril de 2000, p. 564- 572.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Ed. Cortez, São Paulo, 1998. 326 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Marilda Vilela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IPEA. **DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS ACERCA DO TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL**: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe. *Anais [I Circuito de Debates Acadêmicos]*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-14, nov. 2011. Disponível em:  
<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo12.pdf>.  
 Acesso em: 21 out. 2022.

JÚNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**, Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LARAIA, Maria Ivone Fortunato. **A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho**. São Paulo, 2009.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARIANA(MG). **LEI Nº 3.277, DE 25 DE JUNHO DE 2019**, Cria o Programa de Inclusão Produtiva da Pessoa com Deficiência (PIP - PD) no âmbito do município de Mariana e dá outras providências. Mariana, MG.Prefeitura de Mariana, 2019.  
 Disponível

em:<https://leismunicipais.com.br/a/mg/m/mariana/lei-ordinaria/2019/327/3277/lei-ordinaria-n-3277-2019-cria-o-programa-de-inclusao-produtiva-da-pessoa-com-deficiencia-pip-pd-no-ambito-do-municipio-de-mariana-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 05 de abril. de 2023.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital; [ tradução de Rubens Enderle]. São Paulo : Boitempo, 2013.

MENICUCCI, Maria Do Carmo. **Educação Inclusiva: possibilidades e desafios atuais**. Centro de Formação de Professores/PUC Minas. Educação Especial Inclusiva: ênfase em Ciências Humanas, livro-texto,2006.

munido post-marxista). Madrid: Traficantes de Sueños, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**, 2ª. edição, São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Fabiana Maria das Graças Soares. **Documento norteador: educação e ação pedagógica**. Brasília: APAE Brasil, 2017.

OLIVEIRA, Maria Helena Alcântera. **Documento Norteador: Trabalho, Emprego e Renda: Ações profissionalizantes da Rede APAE para pessoas com deficiência intelectual e múltipla**. Brasília: APAE Brasil, 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris. 1948

Organização das Nações Unidas. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Assembléia Geral das Nações Unidas; 1975.

POSTONE, M. "Lo que el trabajo esconde". In: Repensando a Marx (em un **produção imediata**. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social": particularidades no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, v. 1, n. 1, p. 8-11, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. In: (Ed.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Fundação Banco do Brasil. 2003. p.160-165.

SCHERER-WARREN, Ilse. **DAS MOBILIZAÇÕES ÀS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS**, Porto Alegre, 2006.

SECRETARIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Relatório mundial sobre a deficiência/ World report on disability**. 2011. World Health Organization The World Bank, tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD. 2012.

SILVA, L. M. A. **Deficiência como expressão da diferença**. Educação em Revista, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n44/a06n44.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SILVA, Otto Marques. **A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. CEDAS/São Camilo, São Paulo, 1987.

YAZBEK, M.C. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: CFESS/ABEPSS(Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepess, 2009.